EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A EVASÃO ESCOLAR COMO PRODUTO DAS CONTRADIÇÕES DO ESTADO CAPITALISTA

Ricardo do Amor Divino Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7015-4377
Endereço eletrônico: ricardo_cleide2007@hotmail.com

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos; políticas públicas; desigualdade social; evasão escolar; permanência escolar.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma das modalidades mais marginalizadas do sistema educacional brasileiro. Marcada pela descontinuidade das políticas públicas, pelo subfinanciamento crônico e por um caráter compensatório que a afasta da concepção de educação como direito, a EJA enfrenta um desafio persistente e estrutural: o abandono escolar. Em Vitória da Conquista, tal realidade não é exceção: atravessa as condições objetivas de vida dos sujeitos da EJA e as opções políticas que organizam — ou desorganizam — a oferta dessa modalidade.

Compreender esse fenômeno exige um deslocamento de perspectiva: a permanência do perfil da EJA brasileira, ainda vinculado à correção de fluxo e à garantia tardia do acesso à educação básica, não pode ser dissociada da desigualdade social que estrutura o país. Enquanto nações que superaram o analfabetismo e universalizaram a educação básica redefiniram a EJA como educação continuada de pessoas adultas, o Brasil permanece preso a uma EJA compensatória, cuja função primeira ainda é reparar uma escolarização não realizada na idade própria — o que expressa como a desigualdade social segue produzindo, em cada geração, novos contingentes que abandonam precocemente a escola, alimentando a própria demanda pela EJA e as condições que também produzem a evasão dentro dela.

Este trabalho resulta de análise crítica das obras estudadas na disciplina de Políticas Públicas, articuladas ao objeto da pesquisa de mestrado em desenvolvimento: as políticas voltadas à permanência escolar na EJA e os desafios para a redução do abandono escolar em Vitória da Conquista. Objetiva-se demonstrar que a evasão na EJA não é fenômeno

pedagógico isolado nem escolha individual do estudante, mas consequência estrutural de determinações políticas, econômicas e ideológicas — entre as quais a desigualdade social ocupa posição central.

Carnoy (2013), Heinrich (2021) e Duarte (2019) situam a EJA nas contradições do Estado capitalista, revelando como a escola, enquanto Aparelho Ideológico de Estado, negligencia quem já foi excluído da escolarização regular. Anderson (1996), Brown (2019) e Boron (2003) iluminam o contexto neoliberal que aprofunda essa exclusão, precarizando a vida dos trabalhadores e responsabilizando-os individualmente pelo fracasso escolar — precarização que, no Brasil, incide sobre desigualdades históricas de classe, raça e território. Saviani (2014) e Jacomini (2024) tratam do planejamento e do financiamento; Ferreira e França (2012), dos limites do federalismo; e Cabral Neto (2009), de como a lógica gerencialista torna a EJA invisível e descartável.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e abordagem crítico-dialética, desenvolvida a partir da leitura e do fichamento crítico das obras da disciplina de Políticas Públicas do mestrado. O procedimento consistiu em três movimentos: análise interna de cada obra; articulação entre elas, compreendendo como diferentes níveis de abstração — teoria do Estado, neoliberalismo, financiamento, federalismo e gestão escolar — se conectam para explicar o mesmo fenômeno; e mobilização desse arcabouço para iluminar o objeto da pesquisa em andamento, as políticas de permanência escolar na EJA em Vitória da Conquista.

Quanto ao marco temporal, não se adotou um recorte cronológico rígido: a seleção privilegiou obras de referência sobre teoria do Estado, neoliberalismo e política educacional, publicadas entre 1996 e 2014, associadas a produções mais recentes, de 2019 a 2024, que atualizam o debate diante do cenário educacional brasileiro contemporâneo, conforme detalhado nas Referências. O material selecionado para a revisão bibliográfica compreende livros, capítulos de livros organizados e artigos publicados em periódicos científicos e em plataformas acadêmicas online, todos indicados nas Referências.

O texto incorpora ainda o parecer de orientação recebido sobre o projeto, segundo o qual a discussão sobre evasão na EJA não pode prescindir da categoria desigualdade social — disparidades estruturais, econômicas, raciais e regionais que, no Brasil, impedem a superação

do analfabetismo e a universalização da educação básica, mantendo a EJA restrita à reparação de escolarização, e não à educação continuada ao longo da vida. Essa orientação foi adotada como eixo transversal de leitura, evidenciando como a desigualdade social atravessa cada nível teórico discutido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreender a EJA exige compreender como o Estado organiza, ou deixa de organizar, essa modalidade. Carnoy (2013), Duarte (2019) e Heinrich (2021) operam no nível mais abstrato do conjunto: o que é o Estado, a quem serve e por que age como age. Sem essa base, a análise permanece descritiva, incapaz de explicar por que a EJA sistematicamente perde no jogo das políticas públicas — e por que essa derrota recai, desproporcionalmente, sobre os grupos historicamente desfavorecidos pela desigualdade.

Carnoy (2013, p. 38-50) discute os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE): a escola é o principal deles, e a EJA, dentro dele, ocupa posição marginal — não reproduz eficientemente a força de trabalho, por atender quem já foi excluído, nem é relevante o bastante para justificar investimento do capital, daí a negligência sistemática. O autor aponta ainda (p. 57-64) que uma teoria do Estado que supere o determinismo econômico deve reconhecê-lo como espaço de contradição, o que permite pensar a EJA como conquista da classe trabalhadora, não como concessão do capital. Para Duarte (2019, p. 96-100), a exclusão de adultos sem escolaridade básica é uma falha da própria função integradora que o Estado atribui à educação. Heinrich (2021) é direto: o Estado investe em EJA na medida do necessário para manter a força de trabalho funcionando; na crise fiscal, a EJA é a primeira a ser cortada — lógica estrutural, não descuido.

Anderson (1996) explica por que, na consolidação neoliberal do governo FHC, a EJA foi subfinanciada: a LDB de 1996 retirou-a do cômputo do FUNDEF. Brown (2019) mostra que o estudante da EJA — trabalhador, pobre, muitas vezes negro — é tratado pela racionalidade neoliberal como responsável individual pelo próprio fracasso, e a evasão passa a ser lida como "falta de interesse" do sujeito, não como problema de política pública.

É aqui que a desigualdade social se torna indispensável para compreender a especificidade brasileira. Nos países que universalizaram a educação básica, a EJA foi redefinida como educação continuada de adultos, desvinculada da urgência de reparar

exclusões pretéritas. No Brasil, a desigualdade que produz a evasão na idade certa — trabalho precoce, renda familiar insuficiente, transporte e infraestrutura precários — não foi superada: desloca-se no tempo e reaparece como evasão na EJA, atingindo frequentemente o mesmo sujeito. Ela não é pano de fundo do problema: é sua causa recorrente, reproduzida de uma modalidade para outra porque as condições materiais dos sujeitos populares nunca foram transformadas — o que dialoga com Boron (2003), para quem o estudante da EJA é o trabalhador superexplorado cujas condições de vida as reformas de mercado tornam incompatíveis com a permanência escolar.

A tese de Saviani (2014) — de que educação de qualidade exige sistema, não programas pontuais — aplica-se diretamente: a evasão decorre, em grande parte, da descontinuidade institucional, resultado da ausência do Sistema Nacional de Educação. Jacomini (2024) reforça que isso é fruto de metas não cumpridas e financiamento insuficiente, numa correlação de forças em que os estudantes da EJA têm baixíssima representação nos espaços de decisão. Ferreira e França (2012) mostram que o federalismo produz responsabilidade difusa pela EJA, que recebeu o menor fator de ponderação do FUNDEB (p. 132-137). Cabral Neto (2009), por fim, mostra como o gerencialismo produz exclusões que penalizam os grupos que a desigualdade já colocou em desvantagem, pois a EJA não gera indicadores "rentáveis" nos sistemas de avaliação padronizados.

CONCLUSÕES

A potência desse conjunto bibliográfico está em mostrar que a evasão na EJA não é fenômeno pedagógico isolado, mas efeito político do neoliberalismo sobre populações historicamente vulnerabilizadas pela desigualdade social brasileira: produto de um projeto político — não falha de gestão, não escolha do aluno —, consequência de um modelo que nunca pretendeu que trabalhadores adultos pobres permanecessem na escola tempo suficiente para se tornarem sujeitos políticos críticos.

A evasão na EJA não tem causa única: é o ponto de chegada de uma cadeia causal que começa na desigualdade social que impede a universalização da educação básica no Brasil, atravessa a reestruturação neoliberal do capitalismo (Anderson, 1996; Harvey, 2008), passa pela destruição da democracia como garantia de direitos (Brown, 2019), materializa-se na reforma do Estado que exclui a EJA do financiamento (Peroni, 2003; Boron, 2003),

aprofunda-se pela lógica gerencial que culpabiliza o aluno (Cabral Neto, 2009) e se perpetua porque o SNE e o PNE não são implementados como políticas de Estado (Saviani, 2014), refletindo, quando existem, a hegemonia do capital, e não dos trabalhadores (Jacomini, 2024).

Reconhecer a desigualdade social como fio condutor dessa cadeia tem implicações diretas para a pesquisa em desenvolvimento: compreender a permanência na EJA em Vitória da Conquista exige investigar não só a oferta escolar e o financiamento, mas as condições materiais de vida — trabalho, renda, moradia, transporte e cuidado — que a desigualdade impõe aos estudantes adultos e que seguem determinando quem permanece e quem abandona a escola. Conclui-se pela urgência da resistência em prol de uma educação livre das amarras da racionalidade técnica e do mercado, e da mobilização em defesa da escola pública estatal, capaz de romper o ciclo em que a desigualdade social produz evasão na educação básica e, mais tarde, reproduz essa mesma evasão na EJA.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BORON, Atílio A. **El Estado y las "reformas del Estado" orientadas al mercado**. Los "desempeños" de la democracia en América Latina. In: KRAWCZYK, Nora Rut;

WANDERLEY, Luis Eduardo (org.). **América Latina:** Estado e reformas numa perspectiva comparada. São Paulo: Cortez, 2003. p. 19-67.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CABRAL NETO, Antônio. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. In: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura C. (org.). **Política educacional**: gestão e qualidade do ensino. Brasília: Liber Livros, 2009. p. 169-203.

CARNOY, Martin. O Estado e o pensamento político norte-americano. In: CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 19-64.

DUARTE, Samuel Correa. Classe, técnica e moral: o Estado em perspectiva sociológica. **Revista Interscientia**, v. 7, n. 1, p. 83-101, jan./jun. 2019. Disponível em: https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/1005/616. Acesso em: 16 mar. 2026.

FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos; FRANÇA, Magna. Financiamento da educação básica, o federalismo e o regime de colaboração. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna (org.). **Política educacional**: contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília: Liber Livros, 2012. p. 123-140.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008. p. 117-184.

HEINRICH, Michael. **A teoria do Estado em Marx após os "Grundrisse" e "O Capital"**. 2021. Disponível em: https://lavrapalavra.com/2021/03/18/a-teoria-do-estado-de-marx-apos-grundrisse-e-o-capital/. Acesso em: 16 abr. 2026.

JACOMINI, Márcia Aparecida. Sociedade civil e sociedade política nos planos de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 45, e282250, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/xLgdKKckJq45xztrM9rrRSy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 maio 2026.

PERONI, Vera. Breves considerações sobre a redefinição do papel do Estado. In: PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação:** significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014.